

bolívia



Carlos Mesa com líderes camponeses e cocaleiros (10/03/2005) Marcos Brindicof Reuters

O gás da discórdia

A principal fonte de riqueza tornou-se o pivô de uma crise política e social que coloca, de um lado, o presidente Mesa e empresas estrangeiras e, de outro, amplos setores populares

Países pobres com fontes abundantes de riquezas naturais são freqüentemente vítimas da cobiça estrangeira ou padecem de profundas divisões internas em torno de quem vai ganhar mais com a exploração dos recursos. Ou, pior ainda, acabam envolvidos numa mistura muitas vezes devastadora dessas tendências, em que pelo menos parte da elite local termina por se aliar com os interesses estrangeiros para submeter o país à exploração econômica. As disputas em torno do petróleo, em países do Oriente Médio e da África, são exemplos evidentes. Mas no caso da crise política e social vivida pela Bolívia, o país mais pobre da América do Sul, o pivô não é o petróleo e sim o gás natural.

A regulamentação da exploração do gás natural por empresas estrangeiras está no centro das grandes manifestações de protesto ocorridas em fevereiro e março e que fizeram o presidente Carlos Mesa (ao alto, com lideranças da oposição) depois de apresentar sua renúncia, ter sido parcialmente derrotado no acordo que propôs para permanecer no cargo. Em meados de março, os deputados votaram com rapidez seu projeto da Lei dos Derivados de Petróleo e Gás, como ele queria, mas modificaram o texto original de uma forma que acabou satisfazendo

mais os manifestantes do que Mesa.

As reações das companhias estrangeiras não tardaram. A Câmara Boliviana de Hidrocarbonetos, que reúne essas empresas, disse que, se for aprovada pelo Senado nos mesmos termos, a lei será “contraproducente”. Julio Gavito, presidente da espanhola Repsol Bolívia, disse que “será necessário reconsiderar os investimentos previstos para os próximos anos” em caso de aprovação definitiva da lei. E o presidente da subsidiária local da brasileira Petrobrás, José Fernando de Freitas, disse que “da forma como as coisas estão, será muito difícil continuar investindo no país”.

O gás e o neoliberalismo Um breve relato da história econômica e social da Bolívia nos últimos anos permite compreender como o país chegou a essa situação e que papel o gás tem nessa história. Hoje, as reservas bolivianas de gás natural são estimadas em 1,5 trilhões m³ e estão localizadas principalmente nos Departamentos (províncias) de Santa Cruz e Tarija. Elas superaram em importância econômica o petróleo, que entrou em decadência por esgotamento, e por impossibilidade de explorar as reservas de 138 milhões de barris só com recursos internos. Mas o gás demorou a ser fator decisivo

na vida boliviana (até 1988, a estimativa das reservas – 33 bilhões m³ – era apenas uma pequena fração da atual) e a produção de 13 milhões m³ diários, dos quais a metade não era aproveitada. Noventa por cento da produção líquida, 6 milhões m³ diários, eram exportados pela Yacimientos Petrolíferos Fiscales de Bolívia (YPFB), a estatal do petróleo boliviano, para a Argentina, por meio de um gasoduto construído no início da década de 1970. O restante era consumido na própria Bolívia em atividades domésticas, principalmente para cozinhar.

Um tratado assinado em 1987 entre os dois países pôs fim a uma série de atritos entre argentinos e bolivianos. Mais ou menos na mesma época, em 1988, depois de dez anos de negociações, o governo boliviano assinou outro tratado de fornecimento de 3 milhões m³ por dia de gás para o Brasil.

Os acordos com Argentina e Brasil ocorreram na etapa da implantação das reformas neoliberais na Bolívia, quando o governo começou a privatizar as empresas estatais e a abrir a economia aos capitais e mercados estrangeiros. Ao mesmo tempo, reduziu os gastos sociais em saúde, educação e seguridade social. Com isso cresceu o trabalho informal e incharam as áreas periféricas das cidades, assim como

umentou a miséria das grandes massas bolivianas, em particular os agricultores e os mineiros de estanho, na sua maioria indígenas, demitidos em massa após as privatizações. A cidade de El Alto, vizinha a La Paz, por exemplo, passou de 11 mil habitantes em 1950 para 650 mil em 2001. Essas circunstâncias acabaram por mesclar nas cidades as fortes tradições sindicais dos mineiros e as fortes tradições comunitárias dos agricultores e pecuaristas, o que se traduziu pela mobilização de esquerda em massa. A essas forças veio somar-se o indigenismo, que ganhou impulso no primeiro governo do presidente Sánchez de Lozada (1993-1997), com o reconhecimento da Bolívia como “nação multiétnica” e a difusão das línguas indígenas, em especial as duas mais importantes, o aimará e o quíchua. Surgiu, finalmente, a mobilização dos cocaleiros, os plantadores de coca, que se revoltaram contra a erradicação de seus cultivos, por pressão americana contra a expansão da cocaína.

Em meio à crise social que se avolumava, o gás foi ganhando cada vez mais importância econômica. Aí surgiu Rebecca Mark, a diretora internacional da Enron, a empresa americana que, antes do escândalo que a levou a interromper as atividades em 2001, tentou elevar o gás natural para o mesmo patamar do petróleo como *commodity* internacional. Ao mesmo tempo que se aproximava de Sánchez de Lozada, ela começou a articular uma solução para tornar viável a exploração do gás boliviano em larga escala. A Enron acabou participando da “capitalização” da YPF e, em conjunto com a Petrobrás e a Repsol, construiu o gasoduto para transportar o gás ao Brasil. O termo “capitalização” foi forjado na ocasião para designar uma forma de privatização das estatais pela qual os investidores adquiriam 50% das ações e o controle administrativo de empresas públicas por concordarem em investir diretamente nas empresas por diversos anos em vez de pagar em dinheiro ao governo. A “capitalização” visava atrair eminentemente empresas estrangeiras, como as que se uniram para construir o gasoduto Brasil-Bolívia.

Para viabilizar o negócio, Rebecca Mark fez várias viagens ao Brasil, desde 1992, para convencer o governo e as empresas brasileiras a construir uma série de usinas termelétricas movidas a gás natural, aproveitando-se da desregulamentação da produção e fornecimento

de eletricidade promovida pelo governo Fernando Henrique Cardoso. Manobras semelhantes foram feitas pela companhia americana na Argentina.

A saída Bush A Enron procurou também outra saída para escoar o gás boliviano. Antes de sua bancarrota, a gigante americana do setor de energia financiou as campanhas eleitorais de três quartos dos senadores dos EUA e as campanhas para governador do Texas e presidente da República de George W. Bush. Uma vez eleito em 2000, Bush prometeu incentivos à construção de até 1.600 usinas termelétricas, a maioria a gás natural. Com isso, a Bolívia fez um acordo de US\$ 6 bilhões para o fornecimento de gás natural aos EUA, com a participação da Enron.

Apareceu aí o primeiro grave problema no grande esquema: o projeto de exportação para os EUA previa que o gasoduto teria de passar pelo Chile, em território que já foi boliviano, antes da Guerra do Pacífico em que o Chile conquistou áreas da Bolívia e do Peru. Isso, a par de dúvidas sobre as vantagens que os negócios com o gás trariam ao povo boliviano, levou a uma mobilização nacionalista e popular em grande escala, pelos politizados camponeses, mineiros e cocaleiros da Bolívia, que, além de grandes manifestações, também organizaram bloqueios de estradas. As demonstrações levaram Sánchez de Lozada, que havia sido eleito de novo em 2002, a renunciar em outubro de 2003. Carlos Mesa, o vice, assumiu.

Nessas manifestações surgiu um novo fator: a reivindicação da identidade indígena por parte de todos os manifestantes, camponeses, mineiros e cocaleiros. Tomaram-se amplamente conhecidas, então, as lideranças de Evo Morales, dos cocaleiros, e de Quispe, dos camponeses. Mesa convocou um referendo, em julho de 2004, sobre os derivados de petróleo e gás cujo resultado, com grande maioria dos votos, foi a afirmação do retorno do controle do Estado boliviano sobre essas riquezas, que haviam sido privatizadas no primeiro governo de Sánchez de Lozada.

Entretanto, após o referendo, formulado em termos dúbios, não houve uma reestatização, e sim uma regulamentação, por parte do Estado, das atividades pe-

trolíferas, mas com uma mudança importante: o petróleo, mesmo nas mãos das empresas estrangeiras, passava a ser considerado propriedade da população boliviana, que deveria definir os termos de sua exploração (ficou fora do alcance do governo, no entanto, a fixação dos preços). Nos últimos meses, os setores populares passaram a exigir que 50% dos *royalties* do petróleo e gás fossem retidos no país. Iniciaram manifestações e bloqueios de estradas para conseguir isso – e também para anular a privatização do serviço de fornecimento de água em El Alto. Diante da situação, o presidente Mesa renunciou e logo em seguida voltou atrás, em troca de o Parlamento votar rapidamente, em março, o seu projeto, que previa 18% de *royalties* retidos no país, mais impostos progressivos de até 32% sobre o petróleo, com deduções e isenções.

No fim, a Câmara dos Deputados aprovou uma solução intermediária – de 18% de *royalties*, mais um imposto único de 32%, sem deduções, sem isenções e sem progressão –, que satisfaz mais os seto-



Os líderes Quispe, dos camponeses, e Morales, dos cocaleiros, se destacaram nas manifestações de 2003 que acabaram derrubando Sánchez de Lozada

res populares, que suspenderam os bloqueios de estradas, do que o presidente – ele acha que se a forma provada pelos deputados for mantida, as empresas estrangeiras vão se desinteressar de investir no petróleo e gás bolivianos, enquanto o Estado não tem recursos para fazer ele próprio os investimentos. Mesa chegou mesmo a ameaçar vetar os termos que considera nocivos se o texto que saiu da Câmara for aprovado sem modificações pelo Senado. Mas a oposição prometeu novas manifestações, se os senadores mexerem na lei. Trata-se de uma história que ainda não terminou. **[Renato Pompeu]**